

PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES DE LEI DA DEPUTADA MARÍLIA CAMPOS

PL 1784/2015	Dispõe sobre a Política Estadual de Participação Social (Peps) e o Sistema Estadual de Participação Social (Seps).
PL 1829/2015	Assegura o direito do uso do nome social para travestis e transexuais nos órgãos da administração pública estadual.
PL 1830/2015	Obriga as empresas que prestam serviço de remoção e transporte de lixo a equipar os veículos utilizados com rastreador.
PL 1831/2015	Cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
PL 1836/2015	Garante a aprovação da Lei da Saúde Ocupacional dos Servidores, prevista desde 2002.
PL 2719/2015	Torna obrigatórios o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante.
PL 2999/2015	Cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias - APA Fernão Dias - AGORA É LEI 22428/2016.
PL 3296/2016	Proíbe a exigência de uniforme para acompanhantes de frequentadores dos clubes recreativos no âmbito do Estado.
PL 4332/2017	Estabelece o regime de cotas raciais no serviço público para o ingresso de negros no Curso Superior de Administração Pública da Fundação João Pinheiro.
PL 678/2015	Assegura a licença adotante de 180 dias no serviço público estadual, inclusive aos homens adotantes, heterossexuais e homossexuais.
PL 679/2015	Assegura a licença paternidade de 30 dias no serviço público estadual.
PL 689/2015	Assegura a publicização e o acesso a dados relativos à condição da mulher no Estado e dá outras providências.
PL 690/2015	Assegura cotas de 20% para ingresso de negros, negras e afrodescendentes no serviço público estadual.
PLC 29/2015	Implanta percentual mínimo de 70% para a aposentadoria por invalidez proporcional (doenças menos graves), conforme recomendação federal.
PLC 4/2015	Concede licença-maternidade, à conta de recursos do Poder Público, para servidora ou servidor efetivo que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção.
PLC 6/2015	Reconhece a dependência homoafetiva no serviço público estadual, estendendo aos parceiros do mesmo sexo na previdência (o direito à pensão por morte), e na saúde (a assistência médica do IPSEMG).
PLC 5/2015	Extingue a aposentadoria especial dos deputados estaduais - AGORA É LEI 140/2106.